

**EMENTÁRIO DO PROGRAMA DE MESTRADO NOVOS
DIREITOS, NOVOS SUJEITOS**

Nome: Metodologia da Pesquisa	
Nível: Mestrado acadêmico	Obrigatória: Sim (Área de Concentração)
Carga Horária: 30	Créditos: 02
Ementa: Conhecimento científico. Crise paradigmática e pós-modernidade. Técnicas operacionais de pesquisa em ciências sociais aplicadas. Pesquisação.	
Bibliografia: GIL, Antônio Carlos. <i>Métodos e Técnicas de Pesquisa Social</i> . 5ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 1999; GUSTIN, Miracy de Sousa Barbosa; DIAS, Maria Tereza Fonseca. <i>Curso de iniciação à pesquisa jurídica e à elaboração de projetos</i> . 2ª ed. NIEPE/Faculdade de Direito/UFMG. Belo Horizonte, 2001. IAROSSE, Giuseppe. <i>O poder da concepção em inquéritos por questionário</i> . Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011. MARTINICH, A. P. <i>Ensaio Filosófico: O Que é, Como se Faz</i> . Tradução de Adail U. Sobral. São Paulo: Edições Loyola, 2002. KUHN, Thomas. <i>A estrutura das revoluções científicas</i> . 4ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1996; NICOLESCU, Basarab. <i>O manifesto da transdisciplinaridade</i> . São Paulo: Triom, 1999. SANTOS, Boaventura de Sousa. <i>Um discurso sobre as ciências</i> . 12ª ed. Porto: Afrontamento, 2001. SANTOS, Boaventura de Sousa. <i>Crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência; para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática</i> . São Paulo: Cortez, 2000. STAKE, Robert E. <i>A arte da investigação com estudos de caso</i> . 3ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012. THIOLLENT, Michel. <i>Metodologia da pesquisa-ação</i> . São Paulo: Cortez, 1994. TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica, <i>Educação e Pesquisa</i> , São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005 443 WILSON, JOHN. <i>Pensar com conceitos</i> . São Paulo: Martins Fontes, 2005	

Nome: Teoria da Justiça e Pluralismo	
Nível: Mestrado acadêmico	Obrigatória: Sim (Área de Concentração)
Carga Horária: 60	Créditos: 04
<p>Ementa: Justiça: Direito, Política, Economia, Ética. Justiça distributiva e argumentos sobre as distribuições possíveis. A justiça como igualitarismo estrito. A teoria da justiça de John Rawls e o princípio da diferença. O igualitarismo de “fortuna” e o igualitarismo de “mérito”. Princípios de justiça baseados no bem-estar (<i>welfarismo</i>). Libertarianismo. Crítica feminista às principais teorias de justiça. Justiça e Pluralismo. Pluralismo moral e pluralismo político. Justiça, pluralismo, exclusão social, feminismo e racismo.</p>	
<p>Bibliografia: Anderson, Elizabeth S. “Qual é o sentido da igualdade?” <i>Revista Brasileira de Ciência Política</i>, nº15. Brasília, setembro - dezembro de 2014, pp. 163-227. Arneson, Richard, 1990, “Liberalism, Distributive Subjectivism, and Equal Opportunity for Welfare,” <i>Philosophy and Public Affairs</i>, 19: 158–194. CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo A. Direito, política e filosofia. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007. Crocker, Lawrence, 1977, “Equality, Solidarity, and Rawls' Maximin”. <i>Philosophy and Public Affairs</i>, 6: 262–266. Dworkin, Ronald, 1981, “What is Equality? Part 1: Equality of Resources,” <i>Philosophy and Public Affairs</i>, 10: 185–246. Dworkin, Ronald, 1981, “What is Equality? Part 2: Equality of Welfare,” <i>Philosophy and Public Affairs</i>, 10: 283–345. DWORKIN, Ronald. <i>Justiça para ouriço</i>. Lisboa: Almedina, 2012. Elster, Jon, and John E. Roemer (eds.), 1991, <i>Interpersonal Comparisons of Well-Being</i>, Cambridge: Cambridge University Press. FORST, Rainer <i>Contextos da Justiça. Filosofia política para além de liberalismo e comunitarismo</i>. Tradução D. L. Werle. São Paulo: Boitempo, 2010. GARGARELLA, Roberto. <i>As teorias da justiça depois de Rawls. Um breve manual de filosofia política</i>. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008. HABERMAS, Jürgen. <i>A Inclusão do Outro</i>. São Paulo: Ed. Loyola, 2002. HARDT, Michael, NEGRI, Antonio. <i>Comune. Oltre il privato e il pubblico</i>. Milano: Rizzoli, 2010. MACINTYRE, Alasdair. <i>Justiça de Quem? Qual Racionalidade?</i> São Paulo: Loyola, 1991. MEYER, Emilio Peluso Neder Meyer. <i>Ditadura e responsabilização: elementos para uma justiça de transição no Brasil</i>. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2012 RAWLS, J. <i>Uma teoria da justiça</i>. Tradução de Jussara Simões. São Paulo: Martins Fontes, 2008. TAYLOR, Charles. <i>As Fontes do Self. A Construção da Identidade Moderna</i>. São Paulo: Loyola, 1997. SANDEL, Michael J. <i>O liberalismo e os limites da justiça</i>. Tradução de Carlos E. Pacheco do Amaral. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2005. WALZER, Michael. <i>Esferas da Justiça. Uma Defesa do Pluralismo e da Igualdade</i>. São Paulo, Martins Fontes, 2003.</p>	

Nome: Igualdade na Diversidade	
Nível: Mestrado acadêmico	Obrigatória: Sim (linha 1)
Carga Horária: 60	Créditos: 04
<p>Ementa: Os Paradigmas constitucionais dos Direitos Fundamentais: paradigma do Estado Liberal e os direitos individuais e políticos. Paradigma do Estado de Bem-Estar e os Direitos Sociais, Econômicos e Culturais. Paradigma do Estado Democrático de Direito e os novos direitos: difusos e outros. Igualdade e Liberdade como fundamentos do Direito na Modernidade. Igualdade como Isonomia e a tensão entre Constitucionalismo e Democracia e entre Maiorias e Minorias. A Materialização da Igualdade ou igualdade como equidade. Limites e problemas do direito de igualdade como isonomia e como equidade e a necessidade de reconhecimento da diversidade. O reconhecimento do Outro e a diversidade. Reconhecimento da pluralidade de formas de vida e Gênero: questões de gênero e orientação sexual.</p>	
<p>Bibliografia:</p> <p>BAHIA, Alexandre Melo Franco. Anti-Semitismo, Tolerância e Valores: anotações sobre o papel do Judiciário e a questão da intolerância a partir do voto do Ministro Celso de Mello no HC 82.424. <i>Revista dos Tribunais</i>, São Paulo, v. 847, p. 443-470, maio 2006.</p> <p>_____. A Igualdade é Colorida: por uma nova compreensão do direito de igualdade que reconheça o direito à diversidade. In: Cândice Lisbôa Alves; Thereza Cristina Bohlen Bittencourt Marcondes (Org.). <i>Liberdade, Igualdade e Fraternidade: 25 anos da Constituição Brasileira</i>. Belo Horizonte: D'Plácido, 2013, p. 307-327.</p> <p>BAHIA, Alexandre Melo Franco; VECCHIATTI, Paulo Roberto Iotti. ADI N. 4.277 - Constitucionalidade e relevância da decisão sobre união homoafetiva: o STF como instituição contramajoritária no reconhecimento de uma concepção plural de família. <i>Revista Direito GV</i>, v. 9, n. 1, pp. 65-92, 2013.</p> <p>BUTLER, Judith. <i>Gender Trouble: feminism and the subversion of identity</i>. New York/London: Routledge, 1999.</p> <p>CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. <i>Direito Constitucional</i>. Belo Horizonte: Mandamentos, 2002.</p> <p>DOMINGUES, Petrônio. <i>Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição</i>. São Paulo: Senac, 2003.</p> <p>DWORKIN, Ronald. <i>A virtude soberana</i>. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.</p> <p>FRASER, Nancy <i>Escalas de Justicia</i>. Barcelona: Herder, 2008.</p> <p>FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. <i>¿Redistribución o reconocimiento? Un debate político-filosófico</i>. Madrid: Morata, 2006.</p> <p>HABERMAS, Jürgen. <i>A Inclusão do Outro</i>. São Paulo: Loyola, 2002.</p> <p>HONNETH, Axel. <i>Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais</i>. São Paulo: Ed. 34, 2003.</p> <p>HONNETH, Axel. <i>El Derecho de la Libertad: esbozo de una eticidad democrática</i>. Madrid: Katz, 2014.</p> <p>JUBILUT, Liliana L.; BAHIA, Alexandre; MAGALHÃES, José L. Quadros de. <i>Direito à diferença</i>. Volumes I, II e III. São Paulo: Saraiva, 2013.</p> <p>SALIH, Sara. <i>Judith Butler e a Teoria Queer</i>. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.</p> <p>SANTOS, Boaventura de Sousa (org). <i>Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo cultural</i>. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.</p> <p>SOUZA, Jessé. <i>A Ralé Brasileira: quem é e como vive</i>. Belo Horizonte: UFMG, 2009.</p>	

SOUZA, Jessé. (Não) Reconhecimento e Subcidadania, ou o que é “Ser Gente”?
Revista Lua Nova, São Paulo, n. 59, 2003, p. 51-73.

SOUZA, Jessé. *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. *Lua Nova*, n. 67, p. 139-190, 2006.

Nome: Pluralismo Epistemológico	
Nível: Mestrado acadêmico	Obrigatória: Sim (linha 2)
Carga Horária: 60	Créditos: 04
Ementa: O paradigma moderno e a hegemonia do pensamento europeu. Colonialidade do saber. Teoria do pensamento abissal. A invenção da América. O mito do “Ocidente”. Diversidade epistemológica. Filosofia e cosmovisão. Desobediência epistêmica. Experiências que emergem do Sul.	
Bibliografia: DUSSEL, Enrique. 1492: o encobrimento do outro. A origem do “mito da modernidade”. Petrópolis: Vozes, 1993. GRIJALVA, Agustín. El Estado Plurinacional e Intercultural en la Constitución Ecuatoriana del 2008. In: Revista Ecuador Debate, n. 75, 2008, p. 49-62. LANDER, Edgardo (org.). <i>A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais</i> . Perspectivas latino- americanas. Colección Sur Sur. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lander/pt/lander.html . LOSURDO, Domenico. A Linguagem do Império: léxico da ideologia estadunidense. São Paulo: Boitempo, 2010. MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. <i>Estado Plurinacional e Direito Internacional</i> . Curitiba: Juruá, 2013 MIGNOLO, Walter D. <i>Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política</i> . Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade, n. 34, p. 287-324, 2008. OLIVÉ, León; et. al. <i>Pluralismo Epistemológico</i> . La Paz: CLACSO, 2009. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/coedicion/olive/ . SAID, Edward. <i>Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente</i> . Trad. Rosaur Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 SANTOS, Boaventura de Souza (org.); MENESES, Maria Paula (org.). <i>Epistemologias do Sul</i> . São Paulo: Cortez, 2010 SOUZA, Tatiana Ribeiro de. <i>Pluralismo Epistemológico: a superação do paradigma moderno e do modelo hegemônico de construção do Direito Internacional</i> . Aportes para una Filosofía del Sujeto, el Derecho y el Poder. 1 ed. Bogotá: Universidad Libre, 2012, v. 01, p. 471-486 WALKER, Neil. Reconciling MacCormick: Constitutional Pluralism and the Unity of Practical Reason. In Ratio Juris, vol. 24, n. 4, 2011, p. 369-385; WALKER, Neil. The Idea of Constitutional Pluralism. <i>Modern Law Review</i> , vol. 65, n.3, 2002, p. 317-359. WALLERSTEIN, Immanuel. <i>O Universalismo Europeu: a retórica do poder</i> . São Paulo: Boitempo, 2007. YRIGOYEN FAJADO, Raquel Z. El horizonte del constitucionalismo pluralista: del multiculturalismo a la decolonización. In: GARAVITO, César Rodríguez (coord.). <i>El Derecho en América Latina: un mapa para el pensamiento jurídico del siglo XXI</i> . Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011, p. 139-159.	

Nome: Sujeito: Constituição e Identidades Culturais	
Nível: Mestrado acadêmico	Obrigatória: Não (Eletiva – Linha 1)
Carga Horária: 60	Créditos: 04
Ementa: Fundamentos da constituição e divisão do sujeito: cartesianismo, subjetividade e identidade. Descentramentos do sujeito: sujeito e lógica produtiva; inconsciente e psicanálise; linguística saussuriana e produção discursiva; genealogia do sujeito moderno em Foucault; politização da subjetividade com base nos novos movimentos sociais contra-culturais.	
BIBLIOGRAFIA BIRMAN, Joel. Insuficientes, um esforço para sermos irmãos. In: KEHL, M. (Org.) Função Fraternal. Rio de Janeiro: Relume/Dumará, 2000. FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: Nau, 2002 FREUD, Sigmund. Conferências 31, 32, 33 e outros textos e fragmentos extraídos de Edição Standart Brasileira das Obras Completas, Rio de Janeiro: Imago, 1980. HALL, Stuart. A Identidade Cultural na Pós-Modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 1997. LAJONQUIÈRE, Leandro. Constituição ou desenvolvimento do sujeito. In: De Piaget a Freud para repensar as aprendizagens. Petrópolis: Vozes, 1992. PEREIRA, Marcelo Ricardo. Deuses de prótese : sobre os mestres de nossos tempos. Estilos da Clínica. Periódico. Ano 11, n. 20. São Paulo: IPUSP, 2006.	

Nome: Liberalismo Igualitário e Comunitarismo: debate sobre multiculturalismo, identidade e reconhecimento	
Nível: Mestrado acadêmico	Obrigatória: não (Eletiva – Linha 1)
Carga Horária: 60	Créditos: 04
Ementa:	
<p>As Teorias Liberais Igualitárias, O Comunitarismo e a Diversidade. Multiculturalismo. Política de Identidade, Política da Diferença e Política do Reconhecimento. Justificativas para o Multiculturalismo. Justificativa Comunitarista. Charles Taylor, Identidade, Cultura e Política de Reconhecimento. A Justificativa Liberal Igualitária. Kymlicka e o Multiculturalismo: Autonomia, Igualdade e Direitos de Grupos Diferenciados. Críticas ao Multiculturalismo. Cosmopolitismo e Cultura. Crítica à Integração Cultural Tolerante e a Questão da Indiferença Igualitária. Políticas de Redistribuição e Minorias. Políticas de Reconhecimento e Minorias. Honneth e a autorrealização. Desafios atuais às teorias igualitárias e comunitaristas.</p>	
BIBLIOGRAFIA	
<p>Anderson, E., 1999, “What is the Point of Equality?” <i>Ethics</i>, 109(2): 287–337. Appiah, K. A., 1992, “Identity, Authenticity, Survival. Multicultural Societies and Social Reproduction,” in <i>Multiculturalism: Examining the Politics of Recognition</i>, A. Gutmann (ed.), Princeton: Princeton University Press, pp. 149–163. Barry, B., 2001, <i>Culture and Equality: An Egalitarian Critique of Multiculturalism</i>, Cambridge, MA: Harvard. Blum, L., 1998, “Recognition, Value, and Equality,” <i>Constellations</i>, 5: 51–68 COSTA, S., WERLE, D. L. Liberais, Comunitaristas e as Relações Raciais no Brasil . <i>Novos Estudos Cebrap</i>. Nº 49, Novembro 1997. Gooding-Williams, R., 1998, “Race, Multiculturalism and Democracy,” <i>Constellations</i>, 5(1): 18–41. Gutmann, A., 2003, <i>Identity in Democracy</i>, Princeton: Princeton University Press. HONNETH, Axel. Integrity and Disrespect: Principles of a Conception of Morality Based on the Theory of Recognition. <i>Political Theory</i>, vol. 20, nº 2, 1992. HONNETH, Axel – Democracia como cooperação reflexiva. John Dewey e a teoria democrática hoje. In: Souza, Jessé <i>Democracia Hoje. Novos Desafios para a Teoria da Democracia Contemporânea</i>. Brasília: UNB, 2001. HONNETH, Axel. <i>Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais</i>. São Paulo: Ed. 34, 2003. Habermas, Jurgen. <i>A inclusão do outro</i>. São Paulo, Ed. Loyola, 2004. Kelly, P., 2002 , <i>Multiculturalism Reconsidered: Culture and Equality and Its Critics</i>, Oxford: Polity Press. Kukathas, C., 1995, “Are There Any Cultural Rights?” <i>Political Theory</i>, 20: 105–139. Kymlicka, W. 1989, <i>Liberalism, Community, and Culture</i>, Oxford: Oxford University Press. —, 1995, <i>Multicultural Citizenship: A Liberal Theory of Minority Rights</i>, Oxford: Oxford University Press. —(ed.), 1995, <i>The Rights of Minority Cultures</i>, Oxford: Oxford University Press. —, 2001, <i>Politics in the Vernacular: Nationalism, Multiculturalism, and Citizenship</i>, Oxford: Oxford University Press. Levy, J.T., 1997, “Classifying Cultural Rights,” <i>Nomos XXXIX: Ethnicity and Group Rights</i>, W. Kymlicka and I. Shapiro (eds.), New York: New York University Press. MENDONÇA, Ricardo Fabrino (2009). “A dimensão intersubjetiva da autorrealização: em defesa da teoria do reconhecimento”. <i>Revista Brasileira de Ciências</i></p>	

Sociais, v. 24, n. 70, p. 143-154.

Modood, T., 1998, "Anti-Essentialism, Multiculturalism, and the 'Recognition' of Religious Groups," *Journal of Political Philosophy*, 6(4).

Parekh, B., 2000, *Rethinking Multiculturalism: Cultural Diversity and Political Theory*, Cambridge, MA: Harvard University Press.

RAWLS, J. Uma Teoria da Justiça. São Paulo: Martins Fontes, 2008

Scheffler, S., 2001, "Conceptions of Cosmopolitanism," in *Boundaries and Allegiances: Problems of Justice and Responsibility in Liberal Thought*, Oxford: Oxford University Press.

—, 2003, "What is Egalitarianism?" *Philosophy and Public Affairs* 31(1): 5–39.

Shachar, A., 2000, "On Citizenship and Multicultural Vulnerability," *Political Theory*, 28: 64–89.

Song, S., 2007, *Justice, Gender, and the Politics of Multiculturalism*, Cambridge: Cambridge University Press.

—, 2008, "The Subject of Multiculturalism: Culture, Religion, Language, Ethnicity, Nationality, and Race?" in *New Waves in Political Philosophy*, B. de Bruin and C. Zurn (eds.), New York: Palgrave MacMillan.

Taylor, C., 1992, "The Politics of Recognition," in *Multiculturalism: Examining the Politics of Recognition*, A. Gutmann (ed.), Princeton: Princeton University Press.

—, 1995, "Irreducibly Social Goods," in *Philosophical Arguments*, Cambridge, MA: Harvard University Press.

Taylor, C. & Gutmann, A. (ed) *Multiculturalism*. Expanded edition. With commentary by K. Anthony Appiah, Jürgen Habermas, Steven C. Rockefeller, Michael Walzer and Susan Wolf. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1994.

Waldron, J. (1995). "Minority Cultures and the Cosmopolitan Alternative," in *The Rights of Minority Cultures*, Oxford: Oxford University Press.

Nome: Novo Constitucionalismo Latino-Americano	
Nível: Mestrado acadêmico	Obrigatória: Não (Eletiva – Linha 1)
Carga Horária: 60	Créditos: 04
<p>Ementa: Nascimento do constitucionalismo: modernidade, ciência e o indivíduo. Revoluções liberais: Inglaterra, EUA e França. Formação dos Estados Nacionais Ocidentais e o tratamento do “diferente”: Europa, EUA e América Latina. Radicalização “moderna” com o nazi-facismo. Tensão entre constitucionalismo e democracia: maiorias e minorias nas democracias representativas liberais de matriz europeia-ocidental. Constitucionalismo do pós-guerra (neoconstitucionalismo). Novo paradigma constitucional: Estados Plurinacionais: reconhecimento da pluralidade e da diversidade; reconhecimento de novos sujeitos de direito e de novas formas de direito. Proposta de superação epistemológica da matriz europeia-ocidental de Estado-Nação. Inovações das Constituições do Equador e da Bolívia e o estudo das novas instituições criadas.</p>	
<p>Bibliografia:</p> <p>ARANGO, Rodolfo. Los Derechos Sociales en Iberoamérica: estado de la cuestión y perspectivas de future. <i>Cuadernos Electrónicos de Derechos Humanos y Democracia</i>, n. 5, Madrid, p. 1-23, febrero 2010.</p> <p>GARGARELLA, Roberto; COURTIS, Christian. El nuevo constitucionalismo latinoamericano: promesas e interrogantes. Santiago: CEPAL, 2009. Disponível em: http://www.palermo.edu/Archivos_content/derecho/pdf/Constitucionalismo_atinoamericano.pdf.</p> <p>DOMINGUES, Petrônio. <i>Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição</i>. São Paulo: Senac, 2003</p> <p>MAGALHÃES José Luiz Quadros de. O Estado Plurinacional na América Latina. <i>Revista Brasileira de Estudos Jurídicos</i>, v. 2, n. 2, p. 9-27, 2010.</p> <p>MAGALHAES, José Luiz Quadros de; AFONSO, Henrique Weil. O Estado plurinacional da Bolívia e do Equador: matrizes para uma releitura do direito internacional moderno. <i>Anuário Mexicano de Derecho Internacional</i>, v. XII, p. 455-473, 2012.</p> <p>MÉNDEZ HINCAPIÉ, Gabriel; SANÍN RESTREPO, Ricardo. La Constitución Encriptada: nuevas formas de emancipación del poder global. <i>Redhes – Revista de Derechos Humanos y Estudios Sociales</i>, a. IV, n. 8, p. 97-120, jul./dic. 2012.</p> <p>ORTIZ, Raúl Ávila. Bolivia: la apuesta por el estado unitario social de derecho plurinacional comunitario. In: CARBONELL, Miguel (<i>et al.</i>) (coord.) In: <i>Tendencias del Constitucionalismo en Iberoamérica</i>. México: UNAM – Instituto de Investigaciones Jurídicas (série doctrina jurídica, n. 514), p. 879-888. Disponível em: http://www.idea.int/publications/tendencies_of_constitutionalism/upload/Tendencias-del-constitucionalismo-en-Iberoam%C3%A9rica_inlay.pdf.</p> <p>RODRÍGUEZ GARAVITO, César (coord.). <i>El derecho en América Latina: un mapa para el pensamiento jurídico del siglo XXI</i>. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011.</p> <p>SANTAMARÍA, Ramino Ávila. El Constitucionalismo ecuatoriano: breve caracterización de la constitución de 2008. In: CARBONELL, Miguel (<i>et al.</i>) (coord.) In: <i>Tendencias del Constitucionalismo en Iberoamérica</i>. México: UNAM – Instituto de Investigaciones Jurídicas (série doctrina jurídica, n. 514), p. 953-980. Disponível em: http://www.idea.int/publications/tendencies_of_constitutionalism/upload/Tendencias-del-constitucionalismo-en-Iberoam%C3%A9rica_inlay.pdf.</p> <p>SANTOS, Boaventura de Sousa (org). <i>Pensar el estado y la sociedad : desafíos actuales</i>. Buenos Aires : Waldhuter Editores, 2009. Disponível em: <</p>	

http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Pensar%20el%20Estado%20y%20la%20sociedad%20desaf%C3%ADos%20actuales_CLACSO2009.pdf>.

SCHAVELZON, Salvador. El nacimiento del Estado Plurinacional de Bolivia – Etnografía de una Asamblea Constituyente. La Paz: CEJIS / Plural editores, 2012. Disponible en: <

<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/coediciones/20130214112018/ElnacimientoDelEstadoPlurinacional.pdf>>.

Nome: Democracia Consensual	
Nível: Mestrado acadêmico	Obrigatória: Não (Eletiva – Linha 1)
Carga Horária: 60	Créditos: 04
Ementa: Democracia: superação dicotomia maioria vs minoria. Crise da democracia representativa. Consenso vs dissenso. Novos procedimentos de formação de políticas. Formas consensuadas de resolução de litígios.	
Bibliografia: MÉNDEZ HINCAPIÉ, Gabriel; SANÍN RESTREPO, Ricardo. La Constitución Encriptada: nuevas formas de emancipación del poder global. <i>Redhes – Revista de Derechos Humanos y Estudios Sociales</i> , a. IV, n. 8, p. 97-120, jul./dic. 2012. MOUFFE, Chantal. Deliberative democracy and agonistic pluralism. Viena: IHS, december 2000. Disponível em: http://www.ihs.ac.at/publications/pol/pw_72.pdf HARVEY, David; MARICATO, Erminia; ZIZEK, Slavoj et al. Cidades rebeldes. São Paulo: Boitempo, 2013 LIJPHART, Arend. <i>Modelos de Democracia</i> (tradução de Roberto Franco) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 MAGALHÃES, José Luiz Quadros. Estado Plurinacional e direito internacional. Curitiba: Juruá, 2013. NINO, Carlos Santiago. La construcción de la democracia deliberativa. Barcelona: Gedisa, 1997. SANTOS, Boaventura Souza. <i>Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo</i> , Coimbra: Oficina do Centro de Estudos Sociais, 1998. Disponível em: http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/107.pdf . SEN, AMARTYA. <i>La démocratie des autres</i> . Rivage Poche Petite Bibliothèque, Paris, 2006.	

Nome: Novas Epistemologias para a Jurisdição	
Nível: Mestrado acadêmico	Obrigatória: Não (Eletiva – Linha 1)
Carga Horária: 60	Créditos: 04
Ementa: Pluralismo, direitos humanos e acesso à justiça. Novos modelos de consenso e solução de conflito. Constitucionalismo latino americano e novas formas de jurisdição.	
Bibliografia: BOLZAN DE MORAIS, Jose Luis. BARROS, Flaviane de Magalhães. Novo constitucionalismo latino-americano: o debate sobre novos sistemas de justiça, ativismo judicial e formação de juízes. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2014. SCHAVELZON, Salvador. El nacimiento del Estado Plurinacional de Bolivia: Etnografía de una Asamblea Constituyente. Cejis / Plural editores: La Paz, Bolívia, 2012. SANTOS, Boaventura de Sousa; RODRÍGUEZ, José Luis Exeni; et al. Justicia indígena, plurinacionalidad e interculturalidad en Bolivia. 1ª ed. Fundación Rosa Luxemburg/Abya-Yala: La Paz, Bolívia, 2012. Disponível em: < http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Justicia%20ind%C3%ADgena%20Bolivia.pdf >. SANTAMARÍA, Ramiro Ávila; JIMÉNEZ, Agustín Grijalva; DALMAU, Rubén Martínez. Desafíos constitucionales La Constitución ecuatoriana del 2008 en perspectiva. Ministerio de Justicia y Derechos Humanos: Quito, Ecuador, 2008. Disponível em: < http://www.justicia.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2012/07/2_Desafios_Constitucionales.pdf >. SEN, Amartya. A idéia de justiça. Trad. Ricardo Doninelli Mendes, Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Índias, 2011. MAGALHÃES, José Luiz Quadros. Estado Plurinacional e direito internacional. Curitiba: Juruá, 2013. MARRAMAIO, Giacomo. La passione del presente: Breve lessico della modernità-mondo. Torino: Bollati Boringhieri, 2008 TEIXEIRA, Ludmila; NUNES, Dierle. Acesso à justiça democrático. Gazeta Jurídica, 2013. RESTA, Eligio. Diritto Fraternal. Roma, Bari: Larteza, 2006.	

Nome: Teoria Crítica dos Direitos Fundamentais	
Nível: Mestrado acadêmico	Obrigatória: Não (Eletiva – Linha 1).
Carga Horária: 60	Créditos: 04
<p>Ementa: Gerações/Dimensões de Direitos Fundamentais: necessidade de superação da teoria. Sistema de Direitos: co-originalidade entre as autonomias pública e privada. Desafios dos Direitos Fundamentais do Pós-Guerra. Justicialibilidade e Judicialização dos Direitos. Direitos Fundamentais e ativismo judicial. Maiorias e Minorias: democracia representativa e papel contramajoritário do Judiciário na defesa de direitos. Abuso dos Direitos. Conflito entre princípios: teorias. Direitos Fundamentais e a promoção da diversidade.</p>	
<p>Bibliografia: ALEXY, Robert. <i>Begriff und Geltung des Rechts</i>. Freiburg/München: Alber Studienausgabe, 1992. ALEXY, Robert. <i>Theorie der Grundrechte</i>. Frankfurt am Main: Surkamp, 1994. ALEXY, Robert. <i>Theorie der juristischen Argumentation: Die Theorie des rationalen Diskurses als Theorie der juristischen Begründung</i>. Frankfurt am Main: Surkamp, 1983. BAHIA, Alexandre Gustavo Melo Franco; NUNES, Dierle José Coelho. O Potencial Transformador dos Direitos “Privados” no Constitucionalismo Pós-88: igualdade, feminismo e risco. <i>Revista dos Tribunais</i>, v. 882, p. 45-60, abril 2009. CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. <i>Direito Constitucional</i>. Belo Horizonte: Mandamentos, 2002. _____. Argumentação Jurídica e Decisionismo: um ensaio de teoria da interpretação jurídica enquanto teoria discursiva da argumentação jurídica de aplicação. In: SAMPAIO, José A. L. (coord.). <i>Crise e Desafios da Constituição</i>. BH: Del Rey, 2004. FORST, Rainer. <i>Das Recht auf Rechtfertigung: Elemente einer konstruktivistischen Theorie der Gerechtigkeit</i>. Frankfurt am Main: Surkamp, 2007. GLENDON, Mary Ann. <i>Rights talk: The Impoverishment of Political Discourse</i>. New York: The Free Press, 1991. HABERMAS, Jürgen. <i>Die Einbeziehung des Anderen: Studien zur politischen Theorie</i>. Frankfurt am Main: Surkamp, 1996. HABERMAS, Jürgen. <i>Fakzität und Geltung: Beiträge zur Diskurstheorie des Rechts und des demokratischen Rechtsstaats</i>. Frankfurt am Main: Surkamp, 1998. HABERMAS, Jürgen. <i>Justification and Application: Remarks on Discourse Ethics</i>. Translated by Ciaran P. Cronin. Cambridge: MIT Press, 1994. JESTAEDT, Mathias; LEPSIUS, Oliver; MÖLLERS, Christoph; SCHÖNBERGER, Christoph. <i>Das entgrenzte Gericht: Eine kritische Bilanz nach sechzig Jahren Bundesverfassungsgericht</i>. Berlin: Surkamp, 2011. ROSENFELD, Michel; ARATO, Andrew (Eds.). <i>Habermas on Law and Democracy: Critical Exchanges</i>. Berkeley: University of California Press, 1998. SAMPAIO, José Adércio Leite. <i>Teoria da Constituição e dos Direitos Fundamentais</i>. Belo Horizonte: Del Rey, 2013. TRIVISONNO, Alexandre Travessoni Gomes; SALIBA, Azis Tuffi; LOPES, Mônica Sette. <i>Princípios Formais e outros aspectos da Teoria Discursiva do Direito</i>. Rio de Janeiro: Forense, 2014.</p>	

Nome: Patrimônio Cultural e Reconhecimento	
Nível: Mestrado acadêmico	Obrigatória: Não (Eletiva – Linha 2)
Carga Horária: 60	Créditos: 04
Ementa: O Subsistema Jurídico: Direito do Patrimônio Cultural. A Diferenciação Conceitual/Funcional do Direito do Patrimônio Cultural. O Papel do Direito ao Patrimônio Cultural no Reconhecimento do Outro; O patrimônio cultural como linguagem; Memória social e memória coletiva.	
Bibliografia: <p>GOMES, Carla Amado; RAMOS, José Luís Bonifácio. Direito da cultura e do patrimônio cultural. Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito de Lisboa. Lisboa, 2011.</p> <p>BAUMAN, Zygmunt. Ensaios sobre o conceito de cultura. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. Tradução de Luciano Vieira Machado. 3. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2006.</p> <p>CUNHA FILHO, Francisco Humberto. Cultura e democracia na constituição federal de 1988: a representação de interesses e sua aplicação ao programa nacional de apoio à cultura. Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004. GIANNINI, Massimo Severo. I beni culturali. In: Rivista Trimestrale di Diritto Pubblico. n. 26. Milano, 1976. GOMES, Carla Amado. O dano cultural: pistas para a decifração de um enigma. In: Scientia Iuridica. Separata. Tomo LIX. 312. Lisboa. Janeiro/março, 2010. SANTOS, José Manuel (Org.). O pensamento de Niklas Luhmann. Beira: Lusosofia Press, 2005.</p> <p>HELL, Victor. A idéia de cultura. Tradução de M. Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1989.</p> <p>HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. A invenção das Tradições. Tradução de Celina Cavalcante. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.</p> <p>JEUDY, Henri-Pierre. O espelho das cidades. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.</p> <p>LE GOFF, Jacques. História e memória. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.</p>	

Nome: Posições Jurídicas Vulneráveis e Repercussões Organizacionais	
Nível: Mestrado acadêmico	Obrigatória: Não (Eletiva – Linha 2)
Carga Horária: 60	Créditos: 04
<p>Ementa: As vulnerabilidades e os vulneráveis no Direito Privado. Proteção de posições vulneráveis na dinâmica de atividades econômicas. Confiança, licitude e responsabilidade por exercício de posições jurídicas em modelos organizacionais atuais. Tutela de minorias. Políticas públicas, inclusão e fomento a empreendimentos de economia solidária. Horizontes jurídicos de empreendimentos voltados à emancipação, desocultamento e desenvolvimento humano, pautados em garantias basais e transversais de liberdades e de promoção de seu exercício.</p>	
<p>Bibliografia:</p> <p>ARMOUR, John; SKEEL, David A. Who Writes the Rules for Hostile Takeovers, and Why? The Peculiar Divergence of US and UK Takeover Regulation (2007). Georgetown Law Journal, Vol. 95, p. 1727, 2007; ECGI - Law Working Paper No. 73/2006. Disponível em SSRN: <http://ssrn.com/abstract=928928>. Acesso em 02 jul. 2014.</p> <p>CORDEIRO, António Manuel da Rocha e Menezes. Da tomada de sociedades (takeover): efectivação, valoração e técnicas de defesa. Revista da Ordem dos Advogados: Lisboa, n.54, p. 761-777, 1994. Disponível em: <http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/MCordeiro94.pdf. Acesso em: 02 jul. 2014.</p> <p>CORDEIRO, António Manuel da Rocha e Menezes. Da boa fé no direito civil. Coimbra: Almedina, 2007.</p> <p>FONTENEAU, Bénédicte et al. Social and Solidarity Economy: building a common understanding. 1. ed. Turin: ITCILO, 2010. v. 300. Disponível em: http://www.streetnet.org.za/docs/books/2012/en/ILO%20SSEreader%202010.pdf.</p> <p>FRADA, Manuel António de Castro Portugal Carneiro da. Teoria da confiança e responsabilidade civil. Coimbra: Almedina, 2005.</p> <p>LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes. As medidas defensivas contra uma oferta pública de aquisição hostil. In: O Direito. Ano 138, t. III, Coimbra: Almedina, 2006.</p> <p>LISBOA, Roberto Senise. Confiança Contratual. São Paulo: Atlas, 2012.</p> <p>MARQUES, Cláudia Lima. MIRAGEM, Bruno. O novo direito privado e a proteção dos vulneráveis. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2012.</p> <p>NASCIMENTO, João Pedro Barroso do. Medidas defensivas à tomada de controle de companhias. São Paulo : Quartier Latin, 2011.</p> <p>NOGUEIRA, Roberto Henrique Pôrto; FIUZA, César Augusto de Castro. Relações jurídicas interempresariais e a artificialidade da atribuição da natureza consumerista em razão da vulnerabilidade. In: BRAGA NETTO. Felipe Peixoto; SILVA, Michael César. (Org.). Direito privado e contemporaneidade: desafios e perspectivas do direito privado no século XXI. 1ed.Belo Horizonte: D'Plácido Editora, 2014, v. 1, p. 243-264.</p> <p>ROSENVALD, Nelson. As funções da responsabilidade civil: a reparação e a pena civil. São Paulo: Atlas, 2013.</p> <p>SEN, Amartya Kumar. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Cia das Letras, 2000.</p> <p>SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. 1 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.</p>	

Nome: Biodireito e reconhecimento	
Nível: Mestrado acadêmico	Obrigatória: Não (Eletiva – Linha 2)
Carga Horária: 60	Créditos: 04
<p>Ementa: Bioética e princípios. Biodireito como novo direito. Princípios do Biodireito. Aplicação de novas epistemologias para o estudo das questões do biodireito. Reconhecimento de novos direitos junto à Biotecnologia. Releitura dos institutos tradicionais da autonomia privada e das garantias fundamentais para uma compreensão renovada a partir do biodireito. Inclusão dos sujeitos em razão do gênero.</p>	
<p>Bibliografia: ASCENSÃO, José de Oliveira. Estudos de direito da bioética. Coimbra: Almedina, 2005. 328p. ROMEO CASABONA, Carlos María (Org.); SÁ, Maria de Fátima Freire de (Org.). Desafios jurídicos da biotecnologia. 1. ed. Belo Horizonte: Mandamentos, 2007. v. 1. 594 p. SÁ, Maria de Fátima Freire de (Org.). Biodireito. 1. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2002. v. 1. 465p. SOUZA, Iara Antunes de. Aconselhamento Genético e Responsabilidade Civil: As Ações por Concepção Indevida (<i>Wrongful Conception</i>), Nascimento Indevido (<i>Wrongful Birth</i>) e Vida Indevida (<i>Wrongful Life</i>). Belo Horizonte: Arraes, 2014. 164p. BARBOZA, Heloisa Helena; MEIRELLES, Jussara; BARRETTO, Vicente de Paulo. Novos temas de biodireito e bioética. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. 257p. HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. Bioética e biodireito: revolução biotecnológica, perplexidade humana e perspectiva jurídica inquietante. Revista Brasileira de Direito de Família, Porto Alegre, v.4, n.16, p.40-55, jan./mar. 2003. MARTINS-COSTA, Judith; MÖLLER, Leticia Ludwig (Org.). Bioética e responsabilidade. Rio de Janeiro: Forense, 2009. xiv, 445p. NAVES, Bruno Torquato de Oliveira. O direito civil pela perspectiva da autonomia privada: relação jurídica, situações jurídicas e teoria do fato jurídico na pós-modernidade. 1. ed. Belo Horizonte: Escola Superior Dom Helder Câmara, 2010. 124p. SÁ, Maria de Fátima Freire de; TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado. Filiação e Biotecnologia. 1. ed. Belo Horizonte: Mandamentos, 2005. v. 1. 156 p. STANCIOLI, Brunello; CARVALHO, Nara Pereira; RIBEIRO, Daniel Mendes; LARA, Mariana Alves. O Sistema Nacional de Transplantes: Saúde e Autonomia em Discussão. IN: Revista de Direito Sanitário. São Paulo, nov. 2010-Fev. 2011, v.11, n. 3, p. 123-154. TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; DADALTO, Luciana (Org.). Dos hospitais aos tribunais. Belo Horizonte: Del Rey, 2013. 654p.</p>	

Nome: Direito, Trabalho e Vulnerabilidade	
Nível: Mestrado acadêmico	Obrigatória: Não (Eletiva – Linha 2)
Carga Horária: 60	Créditos: 04
<p>Ementa: Direito do Trabalho: síntese, crise e perspectivas. Vulnerabilidade: conceitos e distinções. Vulnerabilidade, hipossuficiência e dependência. Vulnerabilidade negocial, hierárquica, econômica, técnica, social e informacional. Vulnerabilidade, subordinação, parassubordinação, supersubordinação, hipervulnerabilidade, sujeição pessoal e objetificação do trabalhador. Vulnerabilidade, desemprego, precarização e flexibilização de direitos. Vulnerabilidade: principiologia constitucional e trabalhista. O papel do Estado e da sociedade na proteção dos sujeitos vulneráveis, em perspectiva justtrabalhista. O papel do Estado e da sociedade na efetivação de direitos trabalhistas.</p>	
<p>Bibliografia:</p> <p>ALMEIDA, Cleber Lúcio de; ALMEIDA, Wânia Guimarães Rabêllo de. Direito do Trabalho e Constituição: a constitucionalização do Direito do Trabalho no Brasil. São Paulo: LTr., 2017.</p> <p>ALVES, Amauri Cesar. A 'Lei do Salão Parceiro' e o agravamento de vulnerabilidades. REVISTA MAGISTER DE DIREITO DO TRABALHO, v. 76, p. 82-107, 2017.</p> <p>ALVES, Amauri Cesar. Dignidade da Pessoa Humana, Meio Ambiente e Direito do Trabalho. REVISTA DIREITO DAS RELAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS, v. III, p. 57-72, 2017.</p> <p>ALVES, Amauri Cesar. Direitos trabalhistas mínimos além da relação de emprego: efetivação do princípio constitucional da valorização social do trabalho. Revista do Tribunal Superior do Trabalho. vol. 79, n. 2 abr-jun 2013. p. 53-69.</p> <p>ALVES, Amauri Cesar. Função Capitalista do Direito do Trabalho no Brasil. Revista LTr., ano 77, setembro de 2013. São Paulo: LTr., 2013, p. 1067-1082.</p> <p>ALVES, Amauri Cesar. Pluralidade Sindical: nova interpretação constitucional e celetista. São Paulo: LTr., 2015.</p> <p>ALVES, Amauri Cesar. Reforma Trabalhista, Terceirização e Critérios de Agregação do Trabalhador ao Sindicato. REVISTA MAGISTER DE DIREITO DO TRABALHO, v. 79, p. 73-100, 2017.</p> <p>ALVES, Amauri Cesar. Reforma Trabalhista, terceirização e critérios de agregação do trabalhador ao sindicato. Revista LTr. v. 10, p. 1168-1181, 2017.</p> <p>ALVES, Amauri Cesar. Relações Contratuais Paralelas. Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 35, p. 178-197, 2016.</p> <p>ALVES, Amauri Cesar. Salário Igual: argumentos para combater as discriminações de gênero e cor. Belo Horizonte: RTM, 2016. Belo Horizonte: RTM, 2017.</p> <p>ALVES, Amauri Cesar; ALVES, Roberto das Graças. Reforma Trabalhista e o Novo 'Direito do Capital'. Revista Síntese Trabalhista e Previdenciária, v. XXIX, p. 47-74, 2017.</p> <p>ALVES, Amauri Cesar; LEITE, Rafaela Fernandes (Org.). Reforma Trabalhista. Belo Horizonte: RTM, 2017.</p> <p>ALVES, Giovanni. Trabalho e Subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2013.</p> <p>ANDRADE, Everaldo Gaspar Lopes de. Direito do Trabalho e Pós-Modernidade: fundamentos para uma teoria geral. São Paulo: LTr., 2005.</p> <p>ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2002.</p>	

ANTUNES, Ricardo. Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2003.

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (Organizadores). Infoproletários: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria A. Moraes Silva. O Averso do Trabalho. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

BERTOLDI, Márcia Rodrigues; GASTAL, Alexandre Fernandes; CARDOSO, Simone Tassinari (Org.) Direitos Fundamentais e Vulnerabilidade Social. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2016.

CARDOSO, Adalberto Moreira. A Década Neoliberal: a crise dos sindicatos no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2003.

CAVALCANTI, Tiago Muniz. Neoabolicionismo & Direitos Fundamentais. São Paulo: LTr., 2016.

CHAVES, Débora Caroline Pereira (Org.) Trabalhos Precários no Mundo Contemporâneo. Belo Horizonte: RTM, 2017.

CHAVES, Silvia Fernandes. A Vulnerabilidade e a Hipossuficiência do consumidor nas contratações eletrônicas. Barueri: Manole, 2015.

CURVO, Isabelle Carvalho. De olho na rua: informalidade e as fronteiras do Direito do Trabalho. Belo Horizonte: RTM, 2017.

D'AQUINO, Lúcia Souza. Uma Aproximação dos Conceitos de Subordinação e Vulnerabilidade: análise comparativa entre o Direito do Trabalho e o Direito do Consumidor. Revista Direitos Humanos e Democracia. Ano 4, n. 8. jul/dez, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE CRISTO, Magno Miosés; FERREIRA, Silvânia (Coord). Direito do Trabalho: cenários contemporâneos. Belo Horizonte: RTM, 2016.

DELGADO, Gabriela Neves. Direito Fundamental ao Trabalho Digno. São Paulo: LTr., 2006.

DELGADO, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho. 17. ed. São Paulo: LTr., 2018.

DELGADO, Maurício Godinho; DELGADO, Gabriela Neves. A Reforma Trabalhista no Brasil. São Paulo: LTr., 2017.

DELGADO, Maurício Godinho; DELGADO, Gabriela Neves. Constituição da República e Direitos Fundamentais: Dignidade da Pessoa Humana, Justiça Social e Direito do Trabalho. 4. ed. São Paulo: LTr., 2017.

DORNELES, Leandro do Amaral D. de. Hipossuficiência e Vulnerabilidade na Teoria Geral do Direito do Trabalho Contemporânea. Revista LTr., ano 77, março de 2013. São Paulo: LTr., 2013. p. 293-303.

DORNELES, Leandro do Amaral D. de. Teoria Geral da relação de emprego e sociedade pós-industrial: algumas reflexões. In OLIVEIRA, Cíntia M. de.; DORNELES, Leandro do Amaral D. de. (orgs.) Temas de Direito e Processo do Trabalho. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2012. v. 1., p. 25-58.

EDELMAN, Bernard. A Legalização da Classe Operária. São Paulo: Boitempo, 2016.

FIUZA, César Augusto de Castro; NOGUEIRA, Roberto Henrique Pôrto. Relações jurídicas interempresariais e a artificialidade da atribuição da natureza consumerista em razão da vulnerabilidade. In: BRAGA NETTO. Felipe Peixoto; SILVA, Michael César(Org.). Direito privado e contemporaneidade: desafios e perspectivas do direito privado no século XXI. Belo Horizonte: D'Plácido Editora, 2014, v. 1, p. 243-264.

GASPAR, Danilo Gonçalves. Subordinação Potencial: encontrando o verdadeiro sentido da subordinação jurídica. São Paulo: LTr., 2016.

GUERRA, Giovanni Antônio Diniz; ÁVILA, Luiz Augusto Lima de; CHADI, Ricardo. Direito do Trabalho: Caderno 4. Belo Horizonte: PUC.Minas, 2017.

GRASSELLI, Odete. O Direito Derivado da Tecnologia: circunstâncias coletivas e individuais no Direito do Trabalho. São Paulo: LTr., 2010.

GRILLO, Sayonara et. al. (Org.) Direito do Trabalho: releituras, resistência. São Paulo: LTr., 2017.

GUNTHER, Luiz Eduardo; ALVARENGA, Rúbia Zanotelli de (Coord.) Discriminação no Trabalho. São Paulo: LTr., 2016.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Declaração: isto não é um manifesto. Tradução: Carlos Szlak. São Paulo: n-1 Edições, 2014.

HENRIQUE, Carlos Augusto Junqueira, DELGADO, Gabriela Neves, VIANA, Márcio Túlio, RIBEIRO, Patrícia Henriques (Coordenadores). Trabalho e Movimentos Sociais. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

HOBBSAWM, Eric J. Mundos do Trabalho: novos estudos sobre a História Operária. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HOBBSAWM, Eric J. Os Trabalhadores: estudos sobre a história do operariado. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

KONDER, Carlos Nelson. Vulnerabilidade Patrimonial e Vulnerabilidade Existencial: por um sistema diferenciador. Revista de Direito do Consumidor, v. 99, p. 101-123, 2015.

LIMA, Taisa Maria Macena de; SÁ, Maria de Fátima Freire de; MOUREIRA, Diogo Luna. Autonomia e Vulnerabilidade. Belo Horizonte: Arraes, 2017.

MACHADO, Gustavo Seferian Scheffer. A Ideologia do Contrato de Trabalho. São Paulo: LTr., 2016.

MARQUES, Cláudia Lima. Contratos no código de defesa do consumidor: o novo regime das relações contratuais. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

MARQUES, Cláudia Lima; MIRAGEM, Bruno (org.) Direito do Consumidor: vulnerabilidade do consumidor e modelos de proteção. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MARQUES, Cláudia Lima; MIRAGEM, Bruno. Comentários ao Código de Defesa do Consumidor. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais: 2016.

MARQUES, Cláudia Lima; MIRAGEM, Bruno. O Novo Direito Privado e a Proteção dos Vulneráveis. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

MELO, Raimundo Simão de; ROCHA, Cláudio Jannotti da. Constitucionalismo, Trabalho, Seguridade Social e as Reformas Trabalhista e Previdenciária. São Paulo: LTr., 2017.

MESQUITA, Carolina Pereira Lins (Org.) Direito do Trabalho: tendências e perspectivas. Belo Horizonte: RTM, 2012.

PAES LEME, Ana Carolina; RODRIGUES, Bruno Alves; CHAVES JÚNIOR, José Eduardo de Resende. TECNOLOGIAS DISRUPTIVAS E A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO HUMANO: a intermediação de mão de obra a partir das plataformas eletrônicas e seus efeitos jurídicos e sociais. São Paulo: LTr., 2017.

PASOLD, César Luiz. Novos direitos: conceitos operacionais de cinco categorias que lhes são conexas. Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos, Florianópolis, p. 225-236, jan. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15192>>. Acesso em: 03 jan. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.5007/%x>.

POCHMANN, Márcio. O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2007.

RAMOS FILHO, Wilson (Coordenador). Trabalho e Regulação: as lutas sociais e as

condições materiais da democracia. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

SÁ, Maria de Fátima Freire de; NOGUEIRA, Roberto Henrique Pôrto; SCHETTINI, Beatriz (Coord.). Novos Direitos Privados. Belo Horizonte: Arraes, 2016. p. 157-169.

SAKO, Emília Simeão. Trabalho e Novas Tecnologias: direitos on-line ou direitos de 4ª geração. São Paulo: LTr., 2014.

SANTANA, Marco Aurélio, RAMALHO, José Ricardo. Além da Fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Boitempo, 2003.

SILVA, Virgílio Afonso da - O Conteúdo Essencial dos Direitos Fundamentais e a Eficácia das Normas Constitucionais. Revista de Direito do Estado, n. 4, p. 23-51, 2006. Disponível em: http://constituicao.direito.usp.br/wp-content/uploads/2006-RDE4-Conteudo_essencial.pdf.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. A supersubordinação: invertendo a lógica do jogo. Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8a. Região, v. 41, p. 137-177, 2008.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz; MOREIRA, Ranúlio Mendes; SOUTO SEVERO, Valdete. Dumping Social nas Relações de Trabalho. 2. ed. São Paulo: LTr., 2014.

SOUTO SEVERO, Valdete. Elementos para o uso transgressor do Direito do Trabalho. São Paulo: LTr., 2016.

SOUZA, Jessé (org.). A Ralé Brasileira: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

STANDING, Guy. O precariado e a luta de classes. Revista Crítica de Ciências Sociais, 103, 2014, 9-24.

VELLINHO, Rubens Soares. A modernização do Direito do Trabalho brasileiro: a posição da CUT a respeito da prevalência do negociado sobre o legislado e os pontos de vista dos seus interlocutores. Belo Horizonte: RTM, 2017.

VIANA, Márcio Túlio. Da Greve ao Boicote e outros pequenos textos. Belo Horizonte: RTM, 2017.

VIANA, Márcio Túlio. 70 anos de CLT: uma história de trabalhadores. Brasília: TST, 2013.

VIANA, Márcio Túlio. Para Entender a Terceirização. 3. ed. São Paulo: LTr., 2017.

VIANA, Márcio Túlio, TERRA, Luciana Soares Vidal, SILVA Jr., Décio de Abreu. Direito do Trabalho & Trabalhadores sem Direitos. Belo Horizonte: Mandamentos, 2008.

VILHENA, Paulo Emílio Ribeiro de. Relação de Emprego: estrutura legal e supostos. São Paulo: LTr., 2005.

WOLKMER, Antonio Carlos. Introdução aos Fundamentos de uma Teoria Geral dos 'Novos' Direitos. Revista Jurídica Unicritiba, v. 2, n. 31, p. 121-148, 2013. Disponível em: <http://revista.unicritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/593/454>. Acesso em: 21 jun 2017.

WOLKMER, Antonio Carlos. Mudanças de paradigmas, Pluralismo e Novos Direitos. Espaço Jurídico, v. 7, p. 87-96, 2006. Disponível em: <https://editora.unoesc.edu.br/index.php/espacojuridico/article/view/8795>. Acesso em 8 jun. 2017.

Nome: Justiça, Individualidade e Intersubjetividade: a psicologia moral na teoria política de Rawls	
Nível: Mestrado acadêmico	Obrigatória: Não (Eletiva – Linha 1)
Carga Horária: 60	Créditos: 04
<p>Ementa: A disciplina aborda as questões da psicologia moral tal como tratadas inicialmente pelo filósofo John Rawls. Três capítulos de <i>Uma Teoria da Justiça</i>, selecionados nos seus itens ou parágrafos específicos, de <i>Uma Teoria da Justiça</i> serão a base teórica do curso. Teorias concorrentes usualmente apontam uma falha na teoria rawlsiana com base no conceito de intersubjetividade advindo da matriz hegeliana. Entretanto, Rawls deixa claro que sem o reconhecimento dos outros do nosso valor como pessoa (<i>personhood</i>) não conseguimos obter a força de vontade para nos esforçarmos na realização do nosso plano de vida. Ademais, é afirmado que a autoestima e o autorrespeito constituem o maior bem dos indivíduos de uma sociedade cooperativa. Apontar para uma provável solidez da psicologia moral de Rawls e, assim, enfrentar as críticas das teorias concorrentes constituem os objetivos da disciplina.</p>	
<p>Bibliografia: CASTRO, R. Some Considerations on Rawls and Self-Respect. <i>Kalagatos</i>, v. 5, n. 10, p. 169-192, 1 abr. 2017. EYAL, Nir. Perhaps the most important primary good’: self-respect and Rawls’s principles of justice <i>Politics, Philosophy & Economics</i>, Volume: 4 issue: 2, page(s): 195-219. KRAMER, Matthew H. On Political Morality and the Conditions. for Warranted Self-Respect. The Journal of Ethics. December 2017, Volume 21, Issue 4, pp 335–349. PENNY, Richard. Incentives, Inequality and Self-Respect. Res Publica. November 2013, Volume 19, Issue 4, pp 335–351. Rawls, John. <i>Uma Teoria da Justiça</i>. _____. <i>Justiça como Equidade: Uma Reformulação</i>. _____. <i>Liberalismo Político</i>. _____. <i>O Direito dos Povos</i>. WALIGORE, Timothy. Rawls, self-respect, and assurance: How past injustice changes what publicly counts as justice. <i>Politics, Philosophy & Economics</i>, 2016, Vol. 15(1) 42–66. ZAINO, J. S. “Self-Respect and Rawlsian Justice”. <i>The Journal of Politics</i>, Vol. 60, N. 3 (Aug., 1998), pp. 737-753. ZINK, James R., Reconsidering the Role of Self-Respect in Rawls’s A Theory of Justice. <i>The Journal of Politics</i> 2011 73:2, 331-344</p>	